



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Magno Malta**

OF. Nº 0258/2025 – GSMMAL

Brasília, 26 de dezembro de 2025

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional  
Senado Federal – Brasília/DF

**Assunto: Solicitação de suspensão do recesso parlamentar para escrutínio público de fatos graves envolvendo Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Banco Master, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.**

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, com fundamento no dever constitucional de fiscalização e na preservação da credibilidade das instituições da República, **solicitar a suspensão do recesso parlamentar**, a fim de que o Congresso Nacional possa promover **escrutínio público imediato** acerca de fatos de extrema gravidade recentemente noticiados e formalmente levados ao conhecimento do Ministério Público Federal.

Trata-se de **representação criminal protocolada junto à Procuradoria-Geral da República, subscrita por mim e pelos Senadores da República Eduardo Girão e Damares Alves, na qual se noticiam fatos que, em tese, podem configurar a prática do crime de advocacia administrativa** por parte do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, em razão de sua atuação junto ao Banco Central do Brasil para tratar de interesses do Banco Master, instituição financeira controlada pelo empresário Daniel Vorcaro.

A gravidade dos fatos decorre, especialmente, da existência de indícios de conflito de interesses, uma vez que, à época, a esposa do referido Ministro mantinha contrato de elevado valor com o Banco Master, abrangendo a atuação perante órgãos públicos estratégicos, inclusive aqueles sujeitos à supervisão do próprio Banco Central.

Encaminho, em anexo, para conhecimento e adoção das providências que Vossa Excelência entender cabíveis, cópia integral da representação criminal protocolada junto à Procuradoria-Geral da República.



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Magno Malta**

Diante desse cenário, entendo ser imprescindível que o Congresso Nacional exerça, sem delongas, o seu papel constitucional de fiscalização, razão pela qual proponho que, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sejam formulados convites para prestação de esclarecimentos:

- I – ao Presidente do Banco Central do Brasil, **Gabriel Galípolo**;
- II – à advogada **Viviane Barci de Moraes**, para prestar esclarecimentos acerca de sua atuação profissional relacionada ao Banco Master;
- III – ao empresário **Daniel Vorcaro**, controlador e Presidente do Banco Master, para expor informações relativas às operações e tratativas envolvendo a referida instituição financeira.

Para que prestem esclarecimentos públicos acerca de todas as tratativas, comunicações e eventuais operações envolvendo a referida instituição financeira, inclusive no que se refere a procedimentos regulatórios, autorizações, fiscalizações e demais atos praticados ou em análise pelo Banco Central.

Ressalto que a presente solicitação não antecipa juízo condenatório, mas visa assegurar **transparência, legalidade e preservação da confiança pública**, especialmente quando os fatos envolvem autoridades situadas no ápice da estrutura do Estado brasileiro. O silêncio institucional ou a postergação do debate apenas contribuem para o agravamento da crise de credibilidade que atinge as instituições.

Diante da excepcionalidade do caso, entendo que a **suspensão do recesso parlamentar** se impõe como medida necessária, proporcional e compatível com a responsabilidade histórica do Congresso Nacional.

Certo da atenção de Vossa Excelência e da sensibilidade institucional que o tema exige, renovo protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Senador **MAGNO MALTA**  
PL - ES